

O DIREITO DE SER SURDO EM LÍNGUA DE SINAIS: O ATIVISMO POLÍTICO-CULTURAL SURDO E A LEI DE LIBRAS NO BRASIL

The right to be deaf in sign language: deaf political-cultural activism and the Libras Law in Brazil



Fábio Bezerra de Brito¹



RESUMO

Este artigo apresenta a história do movimento social surdo brasileiro e seu protagonismo nas ações pelo reconhecimento jurídico da Língua Brasileira de Sinais (Libras), feito alcançado em 2002 com a Lei de Libras, cuja regulamentação completa duas décadas neste ano. É um estudo qualitativo baseado em pesquisas documentais e entrevistas. A análise dos dados é conduzida em diálogo com a literatura sobre o tema e a teoria da ação coletiva de Alberto Melucci. Os resultados mostram a interação entre ativistas surdos e acadêmicos, principalmente da área da Linguística, como crucial para que o estatuto linguístico das línguas de sinais se tornasse a peça-chave da campanha para o reconhecimento legal da Libras, a partir de meados dos anos 1990. O movimento surdo incorporou assim uma dimensão de disputa cultural que contrapôs com sucesso o seu discurso da surdez como diferença linguística ao modelo médico da surdez como deficiência a ser curada.

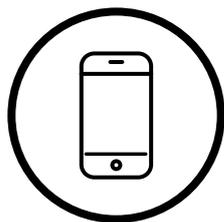
Palavras-chave: Surdez; Língua Brasileira de Sinais; História dos surdos no Brasil; Movimento social surdo; Direitos linguísticos

¹ Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, Brasil; frbrito@usp.br

ABSTRACT

This article presents the history of the Brazilian deaf social movement and its leading role in actions for the legal recognition of Brazilian Sign Language (Libras), which was achieved in 2002 with the enactment of the Libras Law, marking two decades of regulation this year. This study is qualitative, based on documentary research and interviews. The data was analyzed in dialogue with the literature on the subject and Alberto Melucci's theory of collective action. The results show that the interaction between deaf activists and academics, mainly from the field of linguistics, was crucial for the linguistic status of sign languages to become a key element in the campaign for the recognition of Libras from the mid-1990s onwards. The deaf movement thus incorporated a dimension of cultural dispute that successfully contrasted its discourse of deafness as a linguistic difference with the medical model of deafness as a disability to be cured.

Keywords: Deafness; Brazilian Sign Language; History of the deaf in Brazil; Deaf social movement; Linguistic rights



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

<https://youtu.be/m7T7qBnTQQs>



Introdução

Duas décadas hoje nos separam da publicação do Decreto 5.626/2005 que regulamentou a Lei 10.436/2002, marco da institucionalização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras. Foram anos de tal maneira tão intensos em mudanças e transformações da e na sociedade que a muitos pode escapar, neste momento, a importância histórica dessa lei e a força da sua influência ao longo do tempo, seja, por exemplo, na esfera jurídica, seja no campo educacional. E mais do que isso: o fato incontornável de que essa lei só existe graças à incansável mobilização de indivíduos, grupos e organizações que agiram em conjunto para reivindicar e defender o reconhecimento oficial da Libras como uma língua pelo Estado brasileiro, acreditando com isso construir um presente e um futuro diferentes, com mais direitos e possibilidades, para a população surda usuária de Libras.

Daí porque, neste momento de rememoração e reflexão, decidimos colocar no centro deste artigo a história do movimento social cujos sujeitos principais foram pessoas surdas que, em dado contexto, decidiram lutar pelo reconhecimento da Libras pelo Estado brasileiro. E que, em diferentes circunstâncias, e por seguidos anos, mantiveram essa aspiração viva e significativa, sob diferentes roupagens. Foi, como veremos, uma trajetória dinâmica, envolvendo, simultaneamente, múltiplos atores sociais, que, por meio de interações potentes, criaram e compartilharam objetivos, valores e atitudes, sendo influenciados e influenciando a produção e circulação de novas ideias, discursos e formas de experimentar e significar a surdez, a língua de sinais e a identidade surda.

Nos aproximaremos desses processos - e de como seus protagonistas os vivenciaram - a partir de uma perspectiva histórica e sociológica, orientada, em especial, pela teoria da ação coletiva do sociólogo Alberto Melucci (1989, 1996), sendo a análise dos dados feita em articulação com a pesquisa bibliográfica sobre os temas abordados. É um olhar qualitativo,

lastreado em trabalhos de campo conduzidos em tempos e locais distintos, em entrevistas semi-estruturadas e no levantamento de fontes documentais – orais, escritas e iconográficas. É, também, um olhar possível, guardadas as limitações de se investigar um fenômeno multifacetado que, embora tenha tido o seu epicentro no Rio de Janeiro, se irradiou para outras cidades fluminenses e de outros estados, com diferentes agentes em contextos diversos. Logo, em vez de uma narrativa totalizadora, procuramos jogar luz sobre determinados acontecimentos e sujeitos que, a nosso ver, tiveram um papel-chave no ativismo político-cultural surdo e nas iniciativas que desembocaram na Lei de Libras.

Desenvolvimento

Os depoimentos de lideranças surdas, com atuações precursoras já nos anos 80, costumam sublinhar o fato de que o ativismo surdo brasileiro começou a ganhar uma dimensão mais política ao envolver-se com o movimento social das pessoas com deficiência no final da década de 1970, no contexto de transição do regime autoritário para a democracia. À época, a surdez era vista como uma deficiência, e dirigentes de associações de surdos foram convidados a participar de uma mobilização de entidades de e para pessoas com deficiência visando uma atuação mais articulada para o ano de 1981, proclamado *Ano Internacional das Pessoas Deficientes* (AIPD) pela Organização das Nações Unidas. A aproximação foi muito bem costurada e deu forma a um movimento social com objetivos que iam desde promover campanhas de conscientização até influenciar políticas públicas e criar uma federação nacional para representar o conjunto das pessoas com deficiência do país (Crespo, 2009; Lanna Júnior, 2010)

Desenvolvendo-se sob o ambiente favorável de reativação da sociedade civil, o movimento foi impulsionado pelo AIPD, seja pela provisão de recursos políticos e culturais, seja pela visibilidade positiva na mídia (São Paulo, 2011). A tese central do AIPD – a plena participação e igualdade de oportunidades da pessoa com deficiência nas várias esferas da vida social – foi um potente *leitmotiv* para encontros locais e nacionais entre os anos de 1980 e 1983. Palestras, mesas-redondas, atividades culturais e grupos de trabalho calaram fundo nos participantes. A forma como a sociedade dita normal percebe e interage com as pessoas com deficiência foi um dos temas debatidos. Era preciso combater estereótipos negativos, envoltos, muitas vezes, sob uma moldura patologizante ou assistencialista; só desse modo as possibilidades, e não os impedimentos, ocupariam o primeiro plano das relações entre as pessoas com e sem deficiência.

Para ativistas surdos(as) de várias cidades brasileiras, os encontros ligados ao AIPD propiciaram uma práxis política transformadora, fértil de novas perspectivas. Puderam ficar frente a frente uns(umas) com os(as) outros(as) e interagir com militantes com diferentes tipos de deficiência. De acordo com o professor e ativista surdo Antônio de Campos Abreu, à época representando a Associação dos Surdos de Minas Gerais: “Parece que esse ano ‘salvou o mundo’, e isso foi muito importante porque as pessoas com deficiência começaram a se desenvolver. Houve muita divulgação [...] muitos congressos, muita organização” (2009, p. 173). Com isso, foram tecidos vínculos em um contexto altamente propício à expressão e circulação de informações e ao intercâmbio de um repertório de ações coletivas. Abreu, que mais tarde



se tornaria uma das principais lideranças surdas brasileiras, relata que “[...] havia surdos do Paraná, de Brasília, de Recife, do Rio, da Bahia e do Ceará [que] pontuaram reivindicações [...]” (2009, p. 173). Para a ativista e professora surda Ana Regina e Souza Campello, à época representando a Associação Alvorada: “No mundo dos Surdos, onde eu convivía, nunca tinha visto ou pensado que existissem milhares de pessoas portadoras de deficiência [...] o encontro me fez refletir que a diferença se encontra em muitas outras esferas”². Como explica Crespo (2009), a produção e apropriação de novos conceitos e conhecimentos sobre a deficiência tiveram efeitos nas percepções dos sujeitos sobre si mesmos e suas relações com o mundo.

A análise de fontes documentais e de entrevistas sobre os encontros ligados ao AIPD indica que muitas das pautas dos(as) ativistas surdos(as) coincidiam com as dos outros militantes, como, por exemplo, a demanda de mais e melhores oportunidades no mercado de trabalho. Já havia, contudo, reivindicações específicas, como a do direito a “[...] professores especializados na linguagem mímica, quando há problemas de idade adulta, ou existe, também em criança, a falta de capacidades e possibilidades de conseguir estudar através da linguagem oral”³. Linguagem mímica, ou simplesmente mímica, eram categorias utilizadas nesse momento histórico para se referir à Libras. A terminologia, hoje superada, reproduzia concepções linguísticas vigentes para as quais a língua de sinais era uma linguagem, não uma língua. A reivindicação reflete, ainda, aspectos de um dado discurso sobre a educação de surdos que estabelecia a oralização como principal meta de ensino, sendo a mímica, vista como uma linguagem subalterna, destinada àqueles alunos que falhavam no aprendizado do português oral (Moura, 2000; Soares, 2005). Em que pesem essas ponderações, esse é o primeiro registro de defesa do direito à língua de sinais por ativistas surdos(as) que descobrimos nos documentos do AIPD.

No mais, a comunicação entre surdos(as) usuários(as) de Libras e ouvintes se revelou um desafio, mesmo em um contexto de conscientização e luta por direitos. Para o analista de tecnologias e ativista surdo João Carlos Carreira Alves: “[...] nessa época não havia a percepção clara da necessidade de ter um intérprete, o que acontecia é que alguns surdos eram mais bilíngues do que os outros, então atuavam como intérpretes”⁴. É o que corrobora Antônio Abreu:

[...] Fiquei com medo porque não tinha intérprete, mas o padre Vicente Burnier falava muito bem, apesar de ser surdo profundo. Nós fomos e fiquei surpreso. Muitos cadeirantes. Ficaram surpresos comigo por ser surdo, houve curiosidades e começamos a trocar informações. [...] O padre Vicente pegou material. Algumas coisas ele me passava, outras, ele interpretava. [...] Eram quatro surdos somente, um era oralizado, outro não tinha domínio da língua de sinais, eu e o padre Vicente (2009, p. 172).

O movimento social das pessoas com deficiência alavancou transformações nos campos legislativo, jurídico e cultural, bem como influenciou políticas públicas e contribuiu decisivamente para divulgar a perspectiva do modelo social da deficiência no Brasil. A frente unificada do movimento, contudo, durou apenas quatro anos, entre 1980 e 1983. A atuação conjunta deixou de existir por razões várias, e organizações nacionais separadas por tipo de

² Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 26 fev. 2013.

³ I ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE PESSOAS DEFICIENTES. Brasília: [s.e.], 1980, p.6.

⁴ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 19 de out. 2012.

deficiência foram criadas, com os ativistas de cada grupo desenvolvendo as agendas políticas de seu segmento (Lanna Júnior, 2010). Os(as) ativistas surdos(as) foram favoráveis a esse caminho, que implicou a gênese de um movimento surdo autônomo. Para Antônio Abreu, que, à época, já defendeu essa posição:

O grupo de deficientes, cadeirantes, tem seus próprios objetivos; o grupo de cegos, seus próprios objetivos; e o grupo de surdos, também. Cada um tem o seu objetivo diferente. Cada um tem sua individualidade, sua responsabilidade individual. Precisa cada um ter a sua representação. Tudo junto não dava certo. [...] Cada um devia ter sua individualidade, sua luta particular (2009, p. 174).

As narrativas de ativistas surdos(as) mostram que, apesar das muitas dificuldades que tiveram que enfrentar, decidiram manter-se na militância política e buscar meios para continuar a luta por direitos. João Alves, por exemplo, relata as estratégias adotadas:

Nós percebemos que havia a necessidade de lutarmos pelos nossos direitos, tínhamos que crescer. [...] Então, criamos a Comissão Nacional de Luta pelos Direitos do Deficiente Auditivo; deficiente auditivo, não era surdo, pois nós não tínhamos essa consciência ainda [...]. Então conversamos eu e Ana Regina: “Pois é, o que precisamos fazer?” “Crescer.” “E como é que a gente vai fazer?” Naquela época, não existia internet, não havia telefone celular. “Então, vamos começar a viajar.” [...] Fomos a primeira vez para Curitiba, aproveitando o aniversário da associação de surdos [...] para chamar as pessoas para luta, começar a conscientizar. Aí, depois, nós fomos de ônibus para São Paulo visitar a Associação de Surdos de São Paulo [...] Eu, a Ana Regina, [...] o Fernando Valverde também, mais algumas pessoas. Fizemos isso algumas vezes [...]. Foi um embrião que proporcionou um crescente movimento⁵.

A cidade do Rio de Janeiro foi o principal cenário do empoderamento do ativismo surdo nos anos 1980 e 1990, de acordo com as entrevistas e os documentos analisados. A centralidade da antiga capital do Império deita raízes na segunda metade do século XIX, quando sediou a primeira escola de surdos do Brasil, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), até hoje uma das principais instituições de educação de surdos e um lugar de memória das comunidades surdas brasileiras, *alma mater* de muitas lideranças surdas que estiveram à frente de importantes iniciativas organizativas em várias cidades brasileiras (Monteiro, 2006; Rocha, 2007; Schmitt, 2008; Assênsio, 2015). E é justamente no Rio que observamos a ação estratégica que se revelou basilar para desenvolvimentos posteriores do ativismo político-cultural surdo.

Em 1986, no contexto de euforia democrática com as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, um grupo de ativistas surdos(as) ligados(as) à *Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos* lançou uma chapa de oposição, liderada por Ana Regina e Souza Campello, à presidência da Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (Feneida), que havia sido fundada em 1978 por iniciativa de profissionais ouvintes atuantes na educação de surdos, com o propósito de representar as entidades de e para surdos de todo o Brasil (Ramos, 2004). No entanto, a nova geração de ativistas surdos(as), cuja percepção sobre participar da tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses mudou significativamente, denuncia a contradição de uma organização que dizia representar os surdos e vinha tendo, desde sua fundação, apenas presidentes ouvintes. A campanha oposicionista pregava que “... não havia sentido uma entidade de surdos ser presidida por

⁵ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 19 de out. 2012.

quem não é surdo”⁶, como se recorda João Alves, a quem a vitória de sua correligionária causou “um sentimento de alegria, um sentimento de que, agora sim, nós podemos dar passos mais largos”⁷. Em 1987, já sob a nova presidência, a Feneida passou a se chamar Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo (Feneis) e, nos anos seguintes, se estabeleceu como polo irradiador de ações coletivas e um dos núcleos mais ativos de produção cultural do movimento social surdo.

Movimento social aqui é entendido como um sistema de relações sociais no qual objetivos, valores, atitudes e códigos culturais são produzidos, partilhados e experimentados por uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações, em um dado contexto sócio-histórico. É a perspectiva teórica proposta pelo sociólogo Alberto Melucci (1989, 1995, 2001), a partir da qual um movimento social não é visto, empiricamente, como um ente unitário, mas uma rede de relacionamentos de influências mútuas, construída e mantida entre diferentes atores sociais que se expressam e agem em nome de um movimento que oferece aos seus membros uma ideologia coletiva, com sentidos, significados e símbolos negociados. As produções ideológicas no interior das redes do movimento não são fixas nem desconectadas da realidade social, mas (re)construídas histórica e cotidianamente à medida que orientam e fomentam reivindicações, discursos e mobilizações junto à sociedade e ao Estado.

Nessa perspectiva, o movimento social surdo, no contexto pesquisado, envolveu um conjunto de atores sociais, desde a Feneis até várias associações de surdos, bem como o Grêmio de Estudantes do INES, o *Comitê Pró-Oficialização da Libras*, o *Surdos Venceremos*, dentre outros grupos, indivíduos e organizações. E, embora a indelével adjetivação como *surdo*, dado o protagonismo dos(as) ativistas surdos(as), diversas pessoas ouvintes também fizeram parte desse movimento que se constituiu, em grande parte, num campo de relacionamentos estruturado a partir da comunidade surda, que “[...] de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes – membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros – que participam e compartilham os mesmos interesses em comum em uma determinada localização”, como esclarece a ativista e professora surda, ex-presidente da Feneis, Karin Strobel (2008, p. 29).

Em consonância com a literatura (Souza, 1998; Berenz, 1998; Assis Silva, 2012), as fontes pesquisadas comprovam que a luta por uma lei federal reconhecendo oficialmente a Libras é uma bandeira histórica do movimento surdo. A longa duração dessa causa, mais do que tudo, é um indício poderoso de resistência linguística e cultural da Libras perante sucessivos imperativos de depreciação, estigmatização e, no limite, proibição nos sistemas educacionais e na maioria dos grupos familiares ouvintes. Como vimos, já encontramos ativistas surdos nos primórdios dos anos 80 reivindicando o direito à linguagem mímica, uma demanda justificada naquele contexto pela inserção da pessoa surda em igualdade de condições e oportunidades na sociedade majoritária ouvinte. Posteriormente, o direito à língua de sinais foi atrelado, também, ao exercício da cidadania, quando a abertura política deu lugar à redemocratização pós-regime militar. Já na década de 1990 as questões de direitos linguísticos, bilinguismo, identidade e cultura surda ascenderam e ganharam progressiva força e destaque, primeiro na fase de latência e, depois, na fase de visibilidade do movimento social surdo (Brito, 2021).

⁶ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 19 de out. 2012.

⁷ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 19 de out. 2012.

Para Melucci (1996), *latência e visibilidade* são as duas principais fases de desenvolvimento dos movimentos sociais contemporâneos, sendo momentos interdependentes e complementares entre si. A *latência* é o polo invisível, durante o qual a poderosa criação e experimentação cultural dos sujeitos se mantém submersa aos olhos da sociedade, fluindo nas redes de relacionamentos. É a condição na qual é definido, de modo interativo, um conjunto de orientações, valores e significados que dão sentido e direção ao agir coletivo, bem como são vivenciados, pelos membros do movimento, “novos modelos culturais – uma mudança no sistema de significados – que, com muita frequência, é oposta às pressões sociais dominantes” (Melucci, 1989, p. 61).

Desde os fins dos anos 1980, e com crescente intensidade na década seguinte, a latência do movimento surdo foi fortemente influenciada pelo envolvimento de seus membros em grupos e projetos de pesquisa sobre a língua de sinais e/ou bilinguismo na educação de surdos, desenvolvidos sobretudo por professores universitários, graduandos e pós-graduandos, principalmente da área da Linguística. A tríade de linguistas Lucinda Ferreira, Eulalia Fernandes e Tanya Amara Felipe foram três das mais notáveis precursoras da interação entre intelectuais e movimento social.

Lucinda Ferreira, pioneira do estudo linguístico das línguas de sinais do Brasil e do bilinguismo para surdos, destacou-se como professora na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela criou, ainda nos anos 80, o *Grupo de Estudo sobre Linguagem, Educação Surdez e a Comissão Paulista para a Defesa dos Direitos dos Surdos*. Desenvolveu na UFRJ projetos e eventos ligados ao grupo de pesquisa *Estudo da Libras, Aquisição da Linguagem e Aplicação à Educação de Surdos*. Foi também dela a iniciativa de fundar, em 1988, o GT *Linguagem e Surdez* na Anpoll, o qual, ao longo dos decênios seguintes, consolidou-se como um dos “mais importantes e dinâmicos fóruns de debate, troca e circulação de conhecimentos sobre a surdez, a língua de sinais, a educação de surdos e os Estudos Surdos no nosso país” (Brito; Câmara, 2018). Já Eulalia Fernandes, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), começou a interagir com sujeitos surdos desde fins dos anos 1970, no contexto de pesquisas acadêmicas que engendraram uma rede de relações sociais baseada na realização de atividades de pesquisa e ensino, incluindo projetos de educação bilíngue para crianças e jovens surdos(as) com a participação ativa de instrutores(as) surdos(as). Em 1993, Fernandes redigiu, a pedido da Feneis, o parecer científico comprovando o estatuto linguístico da língua de sinais anexado como justificativa do projeto de lei, de 1996, que deu origem à Lei de Libras. A potência da troca academia-movimento social foi evidenciada, também, na atuação de Tanya Amara Felipe, que criou um grupo de pesquisa sobre a Libras na Feneis em 1992, reunindo pesquisadores(as) ouvintes e surdos(as). Felipe é autora de um texto seminal para a guinada discursiva do movimento surdo: *As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos*, publicado pela Feneis em 1993. Ela foi, ainda, pioneira na sistematização de metodologias aplicadas ao ensino de Libras, iniciativa na qual trabalhou em parceria com a ativista e linguista surda Myrna Salerno Monteiro.

Desse modo, dois discursos passaram a coexistir no movimento social surdo, como justificativas para o reconhecimento oficial da Libras. O discurso da inclusão social e do direito à cidadania, oriundo da militância no movimento das pessoas com deficiência; e o discurso emergente que articulava argumentos linguísticos e socioantropológicos para afirmar que a

Libras é uma língua, a surdez, uma particularidade linguística, e a comunidade surda, uma minoria linguística. Esse discurso relaciona-se diretamente ao modelo socioantropológico da surdez, descrito por Assis Silva (2012) como uma configuração discursiva de saber-poder que regula a surdez como particularidade étnico-linguística. Essa nova configuração discursiva, segundo esse autor, teria emergido a partir dos anos 80, se consolidado nos anos 90 e ganhado estabilidade e normatividade jurídica nos anos 2000, tendo sido produzida socialmente por três ordens de agentes, nas quais as pessoas surdas estão diluídas: religiosos, intelectuais e ativistas políticos, que são descritos não “[...] como grupos de pessoas, mas fundamentalmente como posições sociais que podem ser ocupadas pelas mesmas pessoas” (Assis Silva, 2012, p. 38).

Fortalecida como essa nova configuração discursiva, a causa da língua de sinais converteu-se em uma potente campanha visando a denominada *oficialização* da Libras, sendo a oficialização entendida pelos(as) ativistas surdos(as) como o regramento jurídico por meio de lei federal específica que garantisse a Libras como língua oficial das comunidades surdas brasileiras, ou, em uma perspectiva mais ambiciosa, uma segunda língua oficial do país.

No contexto dessa campanha, dirigentes da Feneis e outros ativistas surdos reuniram-se em 1993 com a então deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). O objetivo foi convencê-la da necessidade de se criar uma lei federal sobre a Libras. Foram compartilhados diversos materiais, com destaque aos textos *As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos* (Felipe, 1993) e *Parecer sobre a Língua de Sinais usada nos Centros Urbanos do Brasil* (Fernandes, 1994)⁸. Já no final desse ano eram grandes as expectativas dos(as) ativistas surdos(as) em torno da criação de uma lei federal em curto espaço de tempo. O artista surdo Tadeu representou esse desejo na capa do *Jornal da Feneis* (Fig.1).

Figura 1. Ilustração natalina. *Jornal da Feneis*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1, dez. 1993.



⁸ O parecer, escrito em 1993, foi publicado em 1994.

Como se vê na imagem, a oficialização aparece como uma das bases sobre as quais se apoiam a cidadania, a educação, o trabalho, dentre outros presentes desejados. Com o passar dos anos, a campanha ganhou ares de uma verdadeira epopeia, como se vê em diversas matérias publicadas pelo *Jornal da Feneis* na década de 1990.

A fase da latência, como explica Melucci (1989, 1996), prepara e alimenta a fase da *visibilidade*, que é o polo visível do movimento social, quando este ganha as ruas e se manifesta na arena pública. A realização da passeata *Surdos Venceremos* é, claramente, um marco de visibilidade, que anuncia à sociedade mais ampla e ao Estado a existência do movimento social surdo e a bandeira do reconhecimento oficial da Libras.

O ato ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 25 de setembro de 1994, e foi organizado pelo grupo *Surdos Venceremos*, que tinha à frente o ator, dramaturgo e ativista surdo, atual professor do INES, Nelson Pimenta de Castro. Ele assim se recorda de como surgiu a ideia e a mobilização para a passeata:

Eu comecei a juntar algumas pessoas, encontrava com elas, a gente falava sobre a luta do surdo, mas as pessoas ainda não falavam sobre uma lei de língua de sinais. As pessoas ainda não estavam preocupadas com relação a essa luta de reconhecimento da Lei de Libras. Mas nós queríamos a Lei de Libras e nós unimos os atores da Companhia Surda de Teatro, algumas pessoas dos Estados Unidos que eu fiz contato e algumas pessoas aqui do Rio de Janeiro, e nós conseguimos reunir mais ou menos mil pessoas em uma caminhada que fizemos em Copacabana. [...] Foi um marco e ficamos muito felizes com a participação e o apoio dos familiares dos surdos. Foi muito legal. Eu me sinto muito emocionado, de forma inexplicável, é uma emoção muito forte saber que durante muitas horas, por muitas semanas, a gente se empenhou em relação a isso [...] essa luta foi muito grande. [...]. Por isso, 'Surdos Venceremos'⁹.

Para além da mobilização face-a-face, o ato foi divulgado por instituições de educação e associações de surdos. O *Jornal da Feneis* publicou uma matéria convocando seus leitores, com direito à chamada na capa e ilustração do artista surdo Tadeu (Fig. 2).

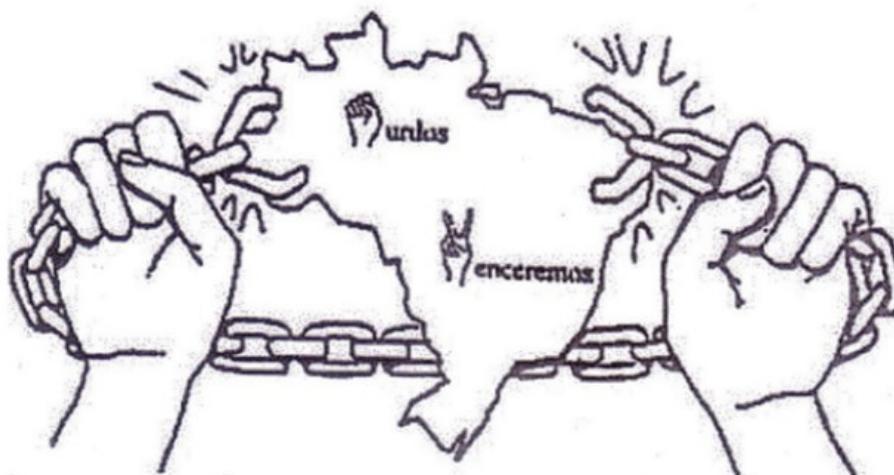
Figura 2. Ilustração de uma manifestação. *Jornal da Feneis*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1, ago. 1994.



⁹ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 30 de jan. 2013.

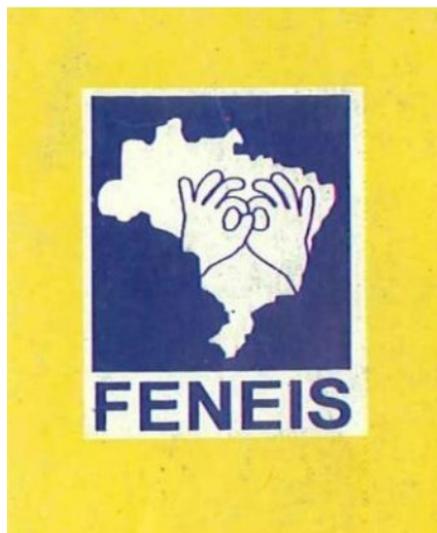
A passeata tornou público um novo mundo surdo que já vinha sendo construído e experimentado na fase de latência do movimento, seja nas redes de relacionamentos, seja em círculos de pesquisa acadêmica, onde novas concepções linguísticas e identitárias já estavam em circulação desde os anos 80. Os relatos descrevem manifestantes orgulhosos de usar a Libras, valorizando a fluência e liberdade com que se comunicavam, sem constrangimento ou vergonha da sociedade ouvinte ao redor (Berenz, 1998, 2003). O novo modelo de pessoa surda bem-sucedida não era mais o(a) surdo(a) oralizado(a), mas o(a) fluente em Libras, com orgulho de ser surdo(a). Ao marchar, os manifestantes sinalizavam o slogan do grupo Surdos Venceremos, cujo logo (Fig. 3), desenhado pelo ativista surdo Sérgio Marmora de Andrade, aparecia em faixas e cartazes.

Figura 3. Logo do Surdos Venceremos. Berenz (2003, p. 187).



No logo Surdos Venceremos (Fig. 3), as mãos que quebram a corrente em torno do mapa nacional simbolizam o poder da união surda, forte o suficiente para se libertar da opressão do oralismo. O processo de reformulação de códigos culturais já estava em curso há algum tempo. Seis meses antes da passeata, a Feneis trocara seu tradicional logo, que trazia o símbolo internacional da surdez - a figura de uma orelha cortada diagonalmente por uma barra - por um novo: o sinal Feneis em Libras - os dedos indicadores e os polegares de duas mãos ligados - por sobre o mapa do Brasil.

Figura 4. Novo logo da Feneis. *Revista da Feneis*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1, abr./jun. 1999.



No novo logo (Fig. 4), o mapa do Brasil aparece ao fundo de mãos realizando um sinal polissêmico, que tanto nomeia a instituição, como exprime a união, pela Libras, das pessoas surdas das várias regiões do país. Para Melucci (2001), os movimentos sociais contemporâneos têm justamente o potencial de anunciar e produzir mudanças culturais, oferecendo à sociedade formas de alteridade e de comunicação alternativas.

A resignificação, alteração ou substituição de símbolos, palavras, cores e artefatos fazem parte de um conflito simbólico pelo qual se busca afirmar uma nova percepção da realidade diferente daquela dominante na sociedade mais ampla (Melucci, 1996). Nesse sentido, ambos os logos capturam, cada um a seu modo, uma nova gramática do movimento surdo, que publiciza uma inflexão já vivida pelos ativistas, ao incorporarem, na fase de latência, o discurso da surdez como diferença linguística e cultural; um discurso, que, a partir de então, será continuamente reiterado, em fragrante contraposição às concepções oralistas vigentes, num claro sentido de subversão cultural.

Após o sucesso do ato, a campanha pela oficialização da Libras seguiu forte. Em junho de 1995, foi fundado no Rio o *Comitê Pró-Oficialização da Libras*, presidido pelo ativista surdo Silas Queirós, agregando ativistas surdos como Alex Curione de Barros, Marlene Pereira do Prado, Luiz Alexandre Pinto, João Alves e Ana Regina Campello, e ouvintes, como Emeli Leite, Ricardo Varela e Samuel Fayad. À época professora do INES, Emeli Leite participou da criação do comitê:

As reuniões ocorriam toda sexta-feira, semanalmente, no auditório do INES. [...] Era o Silas Queirós quem estava na liderança. Também se destacava muito o Luiz Alexandre Pinto. Eu interpretava para os dois. Eu me colocava ao lado do Silas, porque sempre entendi que o protagonismo era das pessoas surdas, mas, por ser presidente da Associação de Professores do INES, eu conseguia usar o auditório, a estrutura do INES [...]. A gente mantinha o auditório cheio de surdos que vinham das associações, que eram ex-alunos do INES, instrutores de língua de sinais. Eles iam para o palco, para expor suas ideias e propostas. Também vinham professores ouvintes de escolas distantes, gente da UFRJ e da UERJ¹⁰.

Para o *Jornal da Feneis*, o objetivo do comitê era a “[...] busca do reconhecimento [da LIBRAS] uma luta antiga e em diversos momentos se tentou a oficialização [...]” (Feneis, 1995, p. 4). João Alves recorda-se que “participava [do comitê] trocando ideias sobre ações e estratégias para contatar parlamentares e convencê-los a elaborar e aprovar projetos de lei sobre os direitos dos surdos e a regulamentação da língua de sinais.”¹¹

Os dados pesquisados indicam que a campanha pela oficialização da Libras se irradiou a partir das viagens de ativistas surdos(as) do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, importante eixo geográfico de associativismo surdo. A circulação e intercâmbio de membros do movimento galvanizou o clima de engajamento e um repertório variado de ações coletivas foi cada vez mais explorado em várias localidades do país, desde passeatas a abaixo-assinados, passando por panfletagem, festivais culturais e lobby junto a parlamentares. A aprovação de leis estaduais e municipais de reconhecimento da Libras converteu-se em outra relevante estratégia política, que, longe de arrefecer a reivindicação nacional, visava fortalecê-la, na medida em que a divulgação de desfechos legislativos favoráveis estimulava o engajamento (Thoma; Klein, 2010).

¹⁰ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 7 de dez. 2012.

¹¹ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 19 de out. 2012.

Em 13 de junho de 1996, a senadora Benedita da Silva, do PT/RJ, apresentou ao Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei nº 131 (Brasil, 2002, p.1-5), que dispõe sobre o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas do Brasil. A justificação do projeto encadeia evidências sobre o estatuto linguístico da língua de sinais e argumenta sobre sua importância para as comunidades surdas, descritas como minorias linguísticas. Embora o livro *Vendo Vozes* (Sacks, 1998) seja o único citado nominalmente, um dos trechos do projeto é uma transcrição quase *ipsis litteris*, não creditada, de Tanya Felipe (1993). Já o parecer, de Eulalia Fernandes (1994), segue anexado, na íntegra, ao projeto (Brasil, 2002, p. 6-19).

O projeto de lei tramitou por quase seis anos nas duas Casas legislativas, período no qual o movimento surdo continuou a agir para obter o apoio de parlamentares, como comprovam as fontes documentais e orais analisadas. No contexto de Brasília, Daniela Richter Teixeira, presidenta da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos de Surdos (FENAPAS), teve atuação importante:

A tramitação foi demorada, iniciou-se em 1996 e levou alguns anos. O projeto de lei tem que passar por várias comissões que julgam sua validade constitucional, jurídica ou educacional. Quando o projeto de lei estava para ser apresentado numa determinada comissão, pegávamos a lista de nomes dos senadores e deputados que a compunham e visitávamos seus gabinetes. Eu, como uma pessoa ouvinte, não me sentia bem em falar em nome de surdos, então convidava sempre um grupo de surdos para ir comigo. Nos gabinetes éramos recebidos, geralmente, pelos assessores, raramente pelo próprio membro da comissão, e deixávamos um folheto que explicava a importância da Libras. No dia da reunião da comissão, o grupo de surdos que comparecia à sessão era maior, sempre trazíamos intérpretes, às vezes conseguíamos realizar uma apresentação de um coral de surdos, do Hino Nacional em Libras ou algo parecido. Acho que estas apresentações sensibilizavam os legisladores¹².

Nesse meio tempo, as profícuas redes de interação academia-movimento social expandiram-se com intensidade para vários estados do país, como o Mato Grosso do Sul (Albres, 2005), Pernambuco (Ferraz, 2009) e, principalmente, a região Sul (Rangel, 2004; Quadros, 2006; Schmitt, 2008; Thoma; Klein, 2010). Em Brasília, não arrefeceu o ânimo dos(as) ativistas surdos(as), que agiam em diversas frentes de pressão. Por exemplo, um abaixo-assinado com mais 40 mil assinaturas foi entregue ao senador Pedro Simon, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), durante o Primeiro Festival Brasileiro de Arte e Cultura Surda no Teatro Municipal de Brasília, no ano 2000. Os(as) ativistas surdos recorriam tanto a ações políticas mais tradicionais, como os abaixo-assinados, como também a demonstrações culturais em Libras, de dança a artes plásticas, de teatro a performances do Hino Nacional, exibindo ao público a cultura surda cuja existência e vitalidade criativa o movimento surdo propalava.

No dia 3 de abril de 2002, o projeto de lei foi finalmente aprovado, de forma unânime, pelo Senado Federal. Ativistas do movimento surdo, que acompanharam a votação nas galerias do Senado, aplaudiram em Libras: mãos verticais abertas, palma a palma, a cada lado da cabeça, os pulsos girando, virando as palmas para frente e para trás, várias vezes, com expressão facial de alegria (Fig. 5).

¹² Entrevista concedida ao autor. Brasília, 21 jan./ 20 fev. 2013.

Figura 5. Ativistas aplaudem a aprovação do Projeto de Lei nº 131 pelo Senado Federal. Foto Roosevelt Pinheiro / Agência Senado. Arquivo Fotográfico - Jornal do Senado.



A comemoração continuou do lado de fora do Senado, onde Daniela Richter Teixeira viu um ativista surdo sinalizar: “Finalmente me sinto livre!”¹³. Testemunhas do acontecimento, Silvana Patrícia de Vasconcelos e César Nunes, da Feneis do Distrito Federal, registraram: “3 de abril de 2002 é um dia de Festa, que marcará a história dos Surdos brasileiros. Conseguimos!!!” (Feneis, 2002, p. 4)

Após aprovação pelo Congresso Nacional, o projeto de lei foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 24 de abril de 2002, sendo convertido na Lei nº 10.436. No editorial sobre a aprovação da Lei de Libras, Antônio Mário Sousa Duarte, o então presidente da Feneis, escreveu: “[...] podemos comemorar, depois de anos e anos de luta, a [...] grande conquista que obtivemos no dia 24 de abril deste ano, o reconhecimento [da] LIBRAS. [...] a vida da pessoa Surda terá um grande avanço” (Feneis, 2002, p. 5). Para Nelson Pimenta, a mudança “[...] foi completa, tanto educacional quanto cultural. O movimento surdo mudou a cabeça das pessoas, porque [...] nossos militantes surdos tiveram o potencial para argumentar com relação a essa mudança.”¹⁴ As entrevistas realizadas com ativistas surdos(as) convergem com a literatura, uma vez que ambos entendem que a luta pela oficialização da Libras “[...] significou uma unanimidade nos movimentos surdos” (Thoma; Klein, 2010, p. 113). Como resumiu Antônio Abreu: “Os surdos preferem língua de sinais [...] Na história, o surdo teria uma lei para reconhecer a sua língua há muito tempo.”¹⁵

Nos anos seguintes, o movimento social surdo manteve-se atuando por meio de várias ações coletivas: acompanhou, cobrou e buscou influenciar a regulamentação da Lei de Libras, efetivada em 2005, pelo Decreto nº 5.626.

¹³ Entrevista concedida ao autor. Brasília, 21 jan./ 20 fev. 2013.

¹⁴ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 30 jan. 2013.

¹⁵ Entrevista concedida ao autor. Cotia, SP, 13 ago. 2011.

Considerações finais

O direito dos surdos brasileiros à Libras é hoje irrefutável. A normatização jurídica, por si só, não significou a efetivação dos direitos linguísticos e educacionais enunciados, mas fundamentou e fomentou políticas públicas e regramentos legais em âmbitos nacional, estaduais e municipais. Em face de avanços já alcançados, corre-se, atualmente, o risco de se deixar levar por uma tendência à naturalização das conquistas, com o embotamento do seu caráter histórico, como se tudo o que as comunidades surdas têm conseguido obter pudesse ser atribuído de alguma forma à boa vontade do governo da vez ou a concessões de organizações e entidades historicamente avessas à língua de sinais. Todavia, ao contrário do que aparentemente possa parecer em observações mais apressadas, as conquistas de direitos sociais, linguísticos e educacionais pelos sujeitos surdos são o resultado de processos sociais complexos, como os descritos neste trabalho.

Como vimos, a busca por direitos – bem como a possibilidade de defendê-los e ampliá-los – remonta à década de 80, e assumiu formas variadas no decorrer dos anos 1990 e 2000. Desde então, o ativismo político-cultural surdo manteve-se decisivo em diversos momentos-chave, como se verificou, por exemplo, no potente Movimento Surdo em defesa das Escolas Bilíngues para Surdos (Campello; Resende, 2014). Um dos pontos altos de visibilidade desse movimento foi a jornada de marchas e manifestações nos dias 19 e 20 de maio de 2011, em Brasília, que mobilizou mais de quatro mil ativistas surdos(as) contra o fechamento do Colégio de Aplicação do INES e em defesa da escola bilíngue para surdos, com a utilização da Libras como língua de instrução.

Há que se destacar, também, a relevância e influência de ativistas surdos(as) no processo de mudança de padrões culturais que alterou, para parcelas significativas da sociedade, as percepções em torno da pessoa surda, da língua de sinais e da surdez. A participação na produção e difusão de novos códigos, representações, valores e atitudes ocorreu à medida em que sujeitos surdos se envolveram em pesquisas e outras atividades acadêmicas e de ensino relacionadas à língua de sinais e à educação de surdos. Formou-se uma relação de mão dupla, com intelectuais ouvintes documentando, estudando e aprendendo a língua de sinais com participantes surdos(as), que, dessa forma, vivenciavam uma verdadeira práxis de reflexão e ação sobre sua própria língua materna e condição bilíngue, com diversas possibilidades de inserção, destacando-se a atuação como instrutores(as) surdos(as) em cursos de Libras e em projetos de bilinguismo. Com o passar do tempo, uma primeira e notável geração de pesquisadores(as) e professores(as) surdos(as) alcançou sucesso acadêmico e profissional, embaralhando as fronteiras entre a academia e o movimento social.

Os processos complexos de interação, repletos de aprendizagens, experiências e memórias, marcaram a latência do movimento social surdo brasileiro e sua mobilização para o reconhecimento da Libras nos anos 1990-2000. Foi uma experiência formativa única, intensa, articulada à construção e fortalecimento de uma identidade surda positiva. Foram soterrados assim, e para sempre, os estereótipos de pena, sofrimento e incapacidade. O movimento surdo incorporou, desse modo, uma dimensão de disputa cultural que contrapôs com sucesso a configuração discursiva da surdez como diferença linguística a uma visão de mundo ouvintista, fundada sob pilares médicos e assistencialistas. Nas produções e atuações na maioria dos

campos do conhecimento o discurso da surdez como diferença fez-se hegemônico, ainda que não tenha se afirmado com o mesmo vigor em certas áreas, como a Saúde, que permanece, em grande parte, apegada à patologização da surdez, visando à reabilitação e cura da deficiência diagnosticada no corpo surdo.

A profícua produção simbólica e discursiva que precedeu a entrada em cena do movimento surdo fez com que suas demonstrações públicas, na fase de visibilidade, exprimissem a vivacidade de uma simbologia retratando a afirmação da pessoa surda pela valorização da língua de sinais. A militância surda, iniciadora de um novo mundo surdo, foi capaz fazê-lo reconhecido pelas normas jurídicas e continua mobilizada hoje em dia para defendê-lo e vê-lo estabelecido nas instituições sociais presentes na vida das surdas e surdos usuários de Libras.

Seja pela sua repercussão normativa, seja pelo seu valor político e cultural, a Lei de Libras, cuja regulamentação completa 20 anos neste ano de 2025, é a pedra fundamental do atual quadro jurídico de reconhecimento do direito de ser surdo em língua de sinais no Brasil, um direito que nasceu e segue sendo afirmado pela ação coletiva do movimento social surdo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. C. [4 de julho de 2009]. In: LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Entrevista concedida a Mônica Bara Maia, Paulo de Tarso Linhares e Verônica Martins Abrão.
- ALBRES, N. A. **História da língua brasileira de sinais em Campo Grande, MS**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2005.
- ASSÊNSIO, C. B. **Comunidade surda**: notas etnográficas sobre categorias, lideranças e tensões. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ASSIS SILVA, C. A. **Cultura surda**: agentes religiosos e a construção de uma identidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- BERENZ, N. Surdos venceremos: the rise of the Brazilian deaf community. In: MONAGHAN, L. et al. (Ed.) **Many ways to be deaf: international variations in deaf communities**. Washington, D.C.: Gallaudet University, 2003, p. 172-193.
- BERENZ, N. The case for Brazilian Sign Language: A deaf community finds its voice. In: KIBBEE, D. A. (Ed.). **Language legislation and linguistic rights**: selected proceedings of the language legislation and linguistic rights conference. Amsterdam: Benjamins, 1998. p. 269-287.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Arquivo. **Processado do projeto de lei nº 131, de 1996**. Brasília, DF, Senado Federal, 2002.
- BRITO, F. B. **Movimento social surdo e luta pelo reconhecimento da língua brasileira de sinais**. Curitiba, CRV, 2021 (Coleção Educação Bilíngue de Surdos no Brasil: história, desafios e avanços - volume 3).
- BRITO, F. B.; CÂMARA, L. C. O GT Linguagem e Surdez da Anpoll: compondo um novo campo de pesquisas no Brasil. In: **Anais 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial**, n. 8, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/o-gt-linguagem-e-surdez-da-anpoll-compondo-um-novo-campo-de-pesquisas-no-brasil>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história. **Educar em Revista**, n. 2, p. 71-92, 2014.
- CRESPO, A. M. M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania**: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FELIPE, T. A. **As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos**. Rio de Janeiro, Feneis, 1993.
- FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Campanha nacional quer oficialização da Libras. **Jornal da Feneis**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 4, nov. 1995.
- FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **Revista da Feneis**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 4-5, abr./jun. 2002.
- FERNANDES, E. Parecer Solicitado pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo sobre a Língua de Sinais Usada nos Centros Urbanos do Brasil. **Revista Integração**, v. 5, n. 13, p. 18-21, 1994.
- FERRAZ, R. A. **O mundo surdo**: passeata dos surdos, luta e comemoração. 2009. Monografia (Especialização em Educação Especial: Estudos Surdos) - Faculdade Santa Helena, Recife.
- LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.



- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, v. 71, n. 89, p. 49-66, 1989.
- MELUCCI, A. **Challenging codes**: collective action in the information age. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução Maria C. A. Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **Educação Temática Digital**, v.7, n. 2, p. 279-289, 2006.
- MOURA, M. C. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- QUADROS, R. M. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cadernos CEDES**, v. 26, n. 69, p. 141-161, 2006.
- RAMOS, C. R. **Histórico da FENEIS até o ano de 1988**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2004. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo6.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2024.
- RANGEL, G. M. M. **História do povo surdo em Porto Alegre**: imagens e sinais de uma trajetória cultural. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ROCHA, S. M. **O INES e a educação de surdos no Brasil**: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro, INES, 2007.
- SACKS, O. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Memorial da Inclusão. **30 anos do AIPD**: Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- SCHMITT, D. **Contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em Santa Catarina**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- SOUZA, R. M. **Que palavra que te falta?** Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.
- THOMA, A. S.; KLEIN, M. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, n. 36, p. 107-131, 2010.